

carta: Fevereiro, 2022

E se o Lula candidato
fosse contra a reeleição?

mar asset
management



Acreditamos que é muito cedo para termos convicção sobre resultado da eleição. Por mais que as pesquisas apontem, a imprensa reverbere e o mercado considere a fatura praticamente liquidada, preferimos ter bastante cautela sobre o processo eleitoral e seguimos apenas considerando probabilidades.

Dentro das probabilidades atuais, o ex-presidente Lula da Silva aparece como favorito, mas, com a distância que ainda temos até a eleição, a convicção nesse resultado ainda é relativamente baixa.

O maior risco para o País em um novo mandato do ex-presidente Lula é a volta de um “plano de poder hegemônico” petista. Esse risco, de cauda longa, havia se reduzido estruturalmente após o impeachment da Presidente Dilma.

Uma nova sequência de mandatos presidenciais petistas, começando por dois mandatos consecutivos do ex-presidente Lula, colocaria de volta o risco de uma “peronização” do ambiente político brasileiro.

A experiência argentina, com sua fixação pelas ideias peronistas, foi e é extremamente danosa. Até hoje aquele País se encontra às voltas de ideias arcaicas de governo por conta de uma vaga lembrança de mandatos de Juan Domingo Peron, de mais de 5 décadas atrás.

Acreditamos que o fim da reeleição presidencial é uma medida que reduziria esse risco de cauda de forma estrutural.

Um compromisso de extinguir a reeleição geraria benefícios distribuídos a diferentes atores políticos, incluindo o próprio candidato Lula, e reduziria de maneira relevante a probabilidade futura de uma “argentinização” da política brasileira.

Nos parece existir, atualmente, alinhamento de condições políticas específicas para facilitar a adoção de alteração legal em direção ao fim da possibilidade de reeleição presidencial.

Os riscos mais evidentes de um novo mandato Lulista

O grande tema de mercado relacionado a um novo mandato petista é sobre qual seria sua política fiscal.

Não é à toa que o mercado foque nesse tema. O Brasil tem 80% de dívida sobre PIB, o que “condiciona” qualquer governo responsável a praticar política fiscal contida que mire a redução dessa dívida estrutural.

No entanto, o histórico de governos petistas é de agressivas expansões de gastos fiscais que se repetidas, dado nosso ponto de partida, levaria o Brasil a um novo desequilíbrio de contas e consequente desorganização econômica.

A raiz dessa percepção se dá por uma crença ideológica do Partido dos Trabalhadores de que o gasto governamental é o principal motor da economia. Sendo assim, não haveria outra coisa a ser feita por um novo governo petista além de apertar o acelerador dos gastos públicos.

No entanto, ao se observar o perfil do Lula, especialmente no primeiro mandato, não deveria ser o cenário mais provável.

Ainda que esse seja um risco de grande relevância e a tônica do atual debate político-econômico, acreditamos que ele carrega forte componente conjuntural.

O perfil de gastos de um possível novo mandato Lulista parece estar condicionado a como a economia brasileira terminará 2022.

No cenário que tenhamos PIB saudável ao fim do ano, apontando para volta de crescimento ao redor do potencial em 2023 (+2%), a probabilidade de uma política fiscal irresponsável parece diminuir. A mera manutenção do status quo já seria suficiente para apontar a reaceleração da economia e alguma melhora na vida da população.

Caso contrário, se terminarmos 2022 apontando para desaceleração ou eventual recessão para 2023, o novo governo se sentirá compelido a fazer algo para alterar a direção negativa da economia. Nesse caso acreditamos, que o DNA gastador petista se faria presente.

Portanto nos parece que a questão fiscal segue muito dependente dos desenvolvimentos econômicos de 2022, que ainda devem ser acompanhados, e por isso adiamos a produção de opinião mais formada sobre esse tema.

Outro ponto discutido pela sociedade sobre um novo mandato lulista é de um governo marcado por um revanchismo, em que a presidência seria veículo para se vingar de seus antigos opositores.

Como resposta as inquietações revanchistas, Lula tem se movimentado de forma eficiente. Anunciou potencial aliança com Geraldo Alckmin, tem buscado diálogo com antigos adversários e defendido consecutivamente a formação de uma coalização mais ampla que dos governos petistas anteriores.

Ou seja, a inquietação sobre política econômica nos parece ainda dependente do PIB corrente até o fim do ano, além de contarmos com algum aprendizado do Lula durante o desastre fiscal do governo Dilma.

Sobre o revanchismo, as recentes movimentações do Lula candidato nos indicam redução de risco sobre esse perfil de mandato.

O principal risco

Mas ainda restaria o principal risco: um mandato que tenha como plano central uma nova busca da hegemonia de poder e que volte a desorganizar o ambiente político e sua estrutura de frágil equilíbrio.

Nesse quesito, o risco seria termos um sistema político capturado por um presidente extremamente hábil, popular, populista, e pilotando o maior partido do país, com ambição de domínio completo de poder.

O plano de poder que foi executado durante os quatro mandatos petistas apresentou características de risco institucional relevantes:

- / Interferência entre poderes, destacado na influência do executivo sobre legislativo através de bem documentados esquemas de corrupção e com forte apoio popular;
- / Apoio de instituições de poder civil organizadas como sindicatos e igrejas servindo de alavanca de comunicação direta do executivo com a população;
- / Agressiva expansão da presença petista no espaço político nacional através da eleição de centenas de prefeituras, governadores, maior bancada de deputados na Câmara assim como forte presença no Senado;
- / Objetivo declarado de dominar o cenário político nacional construindo narrativas de que partidos historicamente de centro esquerda eram de direita, ou mesmo atacando de forma agressiva antigos aliados, como na disputa eleitoral com a Marina Silva em duas eleições;
- / Relação pouco democrática com partidos de oposição como no episódio em que Lula mencionou “extirpar” partidos políticos opositores, como dito em 2010 sobre o DEM¹.

Essa é a combinação de fatores que forma nossa maior preocupação quando vislumbramos novo mandato Lulista.

¹ <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/precisamos-extirpar-o-dem-da-politica-brasileira-afirma-lula.html>

A experiência da Argentina mostra que sociedades capturadas por populistas que sabem conduzir as alavancas de poder em benefício da construção de um projeto de poder político hegemônico tem efeitos longínquos e danosos que capturam a psique de uma sociedade por décadas.

Ou seja, temos menos medo da política econômica em si de um novo mandato Lulista, mas temos muito medo de uma nova construção de poder que possa capturar o sistema político, alterando o essencial e ainda ténue equilíbrio de poderes na democracia brasileira.

As histórias das sociedades são fruto de acidentes históricos, decisões difíceis de serem avaliadas no momento corrente e especialmente resultado de erros e acertos.

O que acreditamos formar a base para a evolução de uma sociedade é a melhora do arcabouço institucional através dessas experiências, de forma a alinhar, alterar e melhorar os contornos legais que limitem e reduzam o tamanho dos desvios potenciais.

O fim da reeleição como mitigador de riscos

O fim da reeleição presidencial seria um essencial avanço democrático institucional em vistas do principal risco de cauda atual.

Aprovada em plenário em janeiro de 1997 e patrocinada pelo ex-presidente FHC, que já reconheceu ter tido efeito nocivo na nossa história, acreditamos que a alteração estrutural do fim da reeleição presidencial pode ter momento raro de alinhamento de interesse entre o candidato Lula e a sociedade brasileira.

Um compromisso formal com o fim da reeleição durante sua campanha seria uma medida amplamente aceita pelo sistema político e especialmente pelos mercados, ao reduzir o principal risco de um novo mandato do Lula.

Eduardo Leite, atual governador do RS, usou a mesma estratégia de forma muito bem-sucedida. Em um ambiente extremamente polarizado

em seu estado, o anúncio de sua não reeleição, ainda na campanha, facilitou a agregação de apoios que levaram a sua vitória.

Especialmente, o fim da reeleição facilitou de forma relevante a governabilidade de seu mandato, uma vez que o próprio Eduardo Leite não passou a ser um virtual adversário das diferentes forças políticas locais, já a partir de seu primeiro dia como governador.

Dessa forma, conseguiu apoio de partidos da oposição para pautas pouco populares, mas que melhoravam estruturalmente a governabilidade do estado e conseqüentemente para os mandatos e mandatários seguintes, em que os partidos adversários disputariam sem a presença do próprio governador.

No evento do candidato Lula se comprometer não só com sua não reeleição, mas especialmente com a mudança legislativa da regra de reeleição para presidente da república, Lula não só ampliaria o apoio a sua candidatura, como melhoraria a governabilidade de seu eventual mandato.

Principalmente, reduziria de forma relevante a chance de prosperar qualquer novo plano de construção hegemônico de poder no Brasil.

Um novo mandato do Lula sem chance de reeleição advogaria na direção de recondução do PT para sua posição natural na política brasileira, de um partido protagonista das causas da esquerda, reabilitaria o legado e a história do ex-presidente, mas deixaria aberto o campo de disputa política democrática para as novas gerações e quadros políticos em formação já nas eleições de 2026.

Ainda que o Lula seja potencialmente um influente cabo eleitoral ao fim de seu mandato, teríamos uma disputa de novos nomes, sem a manutenção de um mesmo grupo político específico em sequências de mandatos.

Por isso acreditamos haver, hoje, um raro alinhamento de interesses entre a sociedade, o ambiente político e o candidato a presidente, que se beneficiaria com a redução a sua rejeição. Não podemos deixar de mencionar a avançada idade que o Lula teria ao fim do potencial próximo mandato, 81 anos.

Essa seria, a nosso ver, uma proposta de candidatura de aliança democrática mais verdadeira por parte do Lula em que tal decisão só geraria benefícios antecipados ao candidato se fosse percebida como crível, e não apenas uma história de campanha. É sempre importante lembrar que o próprio presidente Bolsonaro chegou a prometer o fim da reeleição durante a sua campanha em 2018².

Um compromisso político do candidato com uma ampla aliança de apoio que é ambicionada pelo Lula hoje, transformado em documento público de campanha a ser executado ao início do mandato, teria credibilidade política para beneficiar sua candidatura e ampla pressão por sua execução após a eleição.

Por outro lado, se pressionado pela oposição a defender o fim da reeleição, mas negá-la de forma explícita, ficaria mais nítido aos eleitores o risco de um plano longínquo e hegemônico de reconstrução de poder petista, podendo afetar negativamente a performance do próprio candidato Lula.

Acreditamos que o fim da reeleição presidencial, seria uma espécie de “Carta ao povo brasileiro”. O documento poderia colocá-lo em maior vantagem na corrida eleitoral e, ao mesmo tempo, reduzir o risco de cauda estrutural dos cenários políticos futuros.

O grande desafio e paradigma seria ter tal projeto executado pelo próprio partido que mais avançou em direção a hegemonia na política nacional.

2 <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-vai-propor-fim-da-reeleicao-para-presidente/>

mar asset
management

Relação com investidores

Igor Galvão

55 21 99462 3359

contato@marasset.com.br

rio de janeiro – rj • av. ataulfo de paiva 1351, 3º andar, leblon • 22440 034
marasset.com.br